

No. 33542

**BRAZIL
and
CANADA**

**Memorandum of understanding on environmental and sustainable development consultations and cooperation.
Signed at Brasília on 26 November 1996**

Authentic texts: Portuguese, English and French.

Registered by Brazil on 28 January 1997.

**BRÉSIL
et
CANADA**

Protocole d'entente concernant les consultations et la coopération relativement à l'environnement et au développement durable. Signé à Brasília le 26 novembre 1996

Textes authentiques : portugais, anglais et français.

Enregistré par le Brésil le 28 janvier 1997.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO
CANADÁ SOBRE CONSULTAS COOPERAÇÃO EM MATÉRIA
AMBIENTAL E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Canadá
(doravante designados “as Partes”),

Desejosos de fortalecer as relações amigáveis entre nossos dois países;

Reconhecendo que o interesse comum de todos os países é o de promover políticas visando o desenvolvimento sustentável, tal como articulado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992;

Conscientes de que ambos os países compartilham o desafio de alcançar e de preservar a qualidade da vida de seus cidadãos de forma a atender as necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de que as futuras gerações atendam as suas próprias necessidades;

Desejosos de aumentar e de promover o intercâmbio de experiência, conhecimento, tecnologias e metodologias no campo do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável;

Chegaram ao seguinte entendimento:

ARTIGO 1

As Partes promoverão consultas bilaterais e cooperação nos temas críticos do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável com base na igualdade e no benefício mútuo, levando em consideração suas políticas ambientais nacionais.

ARTIGO 2

Os objetivos deste Memorando de Entendimento (doravante denominado “MDE”) incluem:

- a) cooperação e intercâmbio de informação com relação a tecnologias ambientalmente adequadas e sua aplicação em áreas de interesse mútuo, que podem incluir o controle da poluição e o tratamento da água, o controle da poluição do ar, o controle e o tratamento de resíduos perigosos e sólidos. As Partes desenvolverão um programa de trabalho cooperativo que pode incluir os seguintes itens:
 - i) intercâmbio de peritos e de especialistas;
 - ii) intercâmbio de informações e materiais científicos, técnicos e econômicos;
 - iii) planejamento, desenvolvimento e implementação de projetos e programas conjuntos;
 - iv) outras formas de cooperação mutuamente acordadas;
- b) intercâmbio de experiência sobre instrumentos para a política e o gerenciamento ambiental;
- c) intercâmbio de perspectivas e de posições sobre temas ambientais chave tais como mudança do clima, destruição da camada estratosférica do ozônio, conservação e uso sustentável da diversidade biológica, conservação e gerenciamento sustentável de florestas e outros recursos naturais, desertificação, temas ligados à proteção dos oceanos, o gerenciamento adequado de resíduos perigosos e de substâncias tóxicas, o desenvolvimento da capacidade científica ambiental nacional, bem como quaisquer outros temas que ambas as Partes julguem apropriados;
- d) consultas sobre esforços dos organismos internacionais e regionais que lidam com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, incluindo a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Organização dos Estados Americanos, o Instituto Interamericano para Pesquisas em Mudanças Globais e outras organizações relevantes, inclusive cúpulas hemisféricas.

ARTIGO 3

A) A fim de promover os objetivos do Artigo 2(a) deste MDE, o Brasil e o Canadá tencionam estabelecer uma Comissão Conjunta para o Meio Ambiente (doravante designada “Comissão”) que consistirá de número igual de representantes do Brasil e do Canadá, representando as Partes. A Comissão:

- i) supervisionará o desenvolvimento e a implementação do programa de trabalho e servirá como um foro para o intercâmbio de informação, para consultas e para facilitar o contato entre as Partes envolvidas;
- ii) poderá determinar as instituições e organizações apropriadas para a implementação das medidas conjuntas de cooperação;
- iii) revisará regularmente os êxitos da cooperação de acordo com este MDE e projetos e programas específicos de cooperação;
- iv) reunir-se-á pelo menos uma vez ao ano, alternadamente no Brasil e no Canadá;
- v) será co-presidida pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo lado brasileiro, e pelo “Environment Canada” e “Industry Canada”, pelo lado canadense.

B) A fim de promover os objetivos do Artigo 2(b), (c) e (d), o Brasil e o Canadá tencionam realizar consultas anuais, alternadamente no Brasil e no Canadá, com a participação de altos funcionários dos Ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente e de outras agências governamentais relevantes de cada país. As consultas anuais permitirão:

- i) discutir temas prioritários de interesse mútuo na área do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável;
- ii) discutir as respectivas posições em temas tratados nos foros multilaterais e nas instituições regionais relativos ao desenvolvimento sustentável e a questões ambientais, inclusive a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a Organização dos Estados Americanos;
- iii) revisar a cooperação bilateral sob a Comissão Conjunta para o Meio Ambiente referida no Artigo 3(a).

ARTIGO 4

As atividades de cooperação estabelecidas no quadro do programa de trabalho serão financiadas pelas Partes. As disposições de partilha de custos dessas atividades serão negociadas no momento de estabelecimento do programa de trabalho. A não ser quando decidido de outra maneira pelas Partes, as despesas de viagem ao exterior, inclusive as despesas feitas no país anfitrião (deslocamentos e hospedagem) serão assumidas pela Parte visitante.

ARTIGO 5

Nas atividades cooperativas propostas, onde se pode prever que direitos de propriedade intelectual possam surgir, as Partes, de acordo com suas legislações nacionais, poderão acordar previamente quanto à efetiva proteção e alocação desses direitos de propriedade intelectual.

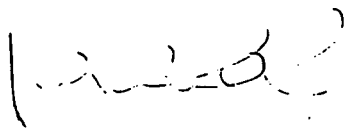
ARTIGO 6

A) O presente MDE entrará em vigor na data de sua assinatura, terá uma duração de 5 (cinco) anos e será prorrogado automaticamente por iguais períodos, a menos que uma das Partes manifeste, por escrito, sua decisão de não renová-lo, com antecedência de 6 (seis) meses da data de sua expiração.

B) O presente MDE poderá ser alterado, por troca de Notas diplomáticas, mediante entendimento entre as Partes, entrando a alteração em vigor na data de recebimento da Nota de resposta.

Feito em Brasília, em 26 de novembro de 1996, em dois exemplares originais, nos idiomas português, inglês e francês, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:



JOÃO AUGUSTO DE MÉDICIS

Pelo Governo
do Canadá:



SERGIO MARCHI

MEMORANDUM¹ OF UNDERSTANDING BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF CANADA ON ENVIRONMENTAL AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT CONSULTATIONS AND COOPERATION

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of Canada
(hereafter referred to as “the Parties”),

Willing to strengthen the friendly relations between our two countries;

Recognizing that the common interest of all countries is to pursue policies aimed at sustainable development as articulated at the United Nations Conference on Environment and Development in Rio de Janeiro in 1992;

Conscious that both countries share the challenge of achieving and preserving a quality of life for their citizens that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs;

Wishing to increase and promote the exchange of experience, knowledge, technologies and methodologies in the field of environment and sustainable development;

Have reached the following understanding:

ARTICLE 1

The Parties will pursue bilateral consultations and cooperation on the critical issues of environment and sustainable development on the basis of equality and mutual benefit, taking into consideration their national environmental policies.

¹ Came into force on 26 November 1996 by signature, in accordance with article 6.

ARTICLE 2

The objectives of the Memorandum of Understanding (hereinafter "MOU") include:

- a) cooperation and information exchange related to sound environmental technologies and their application in areas of mutual concern, which may include water pollution control and treatment, air pollution control, and solid and hazardous waste treatment and control. The Parties will develop a cooperative work programme that may include the following:
 - i) exchange of experts and specialists;
 - ii) exchange of scientific, technical and economic information and materials;
 - iii) planning, development and implementation of joint projects and programmes;
 - iv) other forms of cooperation as are mutually agreed;
- b) exchange of experience on instruments for environmental policy and management;
- c) the sharing of perspectives and positions on key environmental issues such as those on climate change, depletion of the stratospheric ozone layer, the conservation and sustainable use of biological diversity, conservation and sustainable management of forests and other natural resources, desertification, ocean protection issues, the sound management of hazardous wastes and toxic substances, the development of national environmental science capacity as well as any other issues that both parties deem appropriate;
- d) consultations on efforts of international and regional bodies dealing with the environment and sustainable development, including the United Nations Commission on Sustainable Development, the United Nations Environment Programme, the Organization of American States, the Interamerican Institute for Global Change Research and other relevant organizations, including hemispheric summits.

ARTICLE 3

A) To further the objectives of Article 2 (a) of this MOU, Brazil and Canada intend to establish a Joint Environment Committee (hereinafter "Committee") which will consist of equal numbers of representatives from Brazil and Canada, representing the Parties. The Committee:

- i) will oversee the development and implementation of the work programme and serve as a forum for the exchange of information, for consultation and facilitating contact between the Parties involved;
- ii) may determine the appropriate institutions and organizations for the implementation of the joint measures of cooperation;
- iii) will regularly review the achievements of cooperation according to this MOU, and specific projects and programmes of cooperation;
- iv) will meet at least once every year, alternately in Brazil and in Canada; and
- v) will be co-chaired by the Ministry of External Relations on behalf of Brazil, and by Environment Canada and Industry Canada, on behalf of Canada.

B) To further the objectives of Article 2 (b), (c) and (d), Brazil and Canada intend to hold annual consultations, alternately in Brazil and in Canada, with the participation of senior officials of each country's Foreign Affairs and Environment Ministries and other relevant government agencies. Annual consultations provide an opportunity to:

- i) discuss priority issues of mutual concern in the area of environment and sustainable development;
- ii) discuss respective positions on issues dealt with in multilateral fora and within regional institutions related to sustainable development and environmental affairs, including the United Nations Commission on Sustainable Development, the United Nations Environment Programme and the Organization of American States; and
- iii) review the bilateral cooperation under the Joint Environment Committee referred to in Article 3 (A).

ARTICLE 4

Cooperative activities under the work programme will be funded by the Parties. Cost sharing arrangements for these activities will be negotiated as part of developing the work programme. Unless otherwise arranged between the Parties, international travel expenses, including in-country expenses (travel and accommodation), will be borne by the sending party.

ARTICLE 5

In proposed cooperative activities where it is foreseeable that intellectual property rights might arise, the Parties in accordance with their national laws will agree in advance as to the effective protection and allocation of those intellectual property rights.

ARTICLE 6

A) This MOU will come into effect on the date on which it is signed. It will stay in effect for five years, being automatically extended for equal periods, unless one of the Parties provides written notice of their intention not to renew it, six months prior to the date of termination.

B) This MOU may be amended by the an exchange of diplomatic notes, through mutual concurrence of both parties. The amendment will come into effect on the date on which the note in reply is received.

Done at Brasilia, on November 26th, 1996, in two original versions, in the Portuguese, English and French languages, each version being equally valid.

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:



JOÃO AUGUSTO DE MÉDICIS

For the Government
of Canada:



SERGIO MARCHI

PROTOCOLE¹ D'ENTENTE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA
RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNE-
MENT DU CANADA CONCERNANT LES CONSULTATIONS ET
LA COOPÉRATION RELATIVEMENT À L'ENVIRONNEMENT
ET AU DÉVELOPPEMENT DURABLE

Le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil

et

Le Gouvernement du Canada
(le, ci-après appelés "les Parties"),

Désireux de renforcer les relations amicales entre leurs deux pays;

Reconnaissant qu'en raison du caractère mondial des principaux problèmes environnementaux, tous les pays ont intérêt à souscrire à des politiques qui visent le développement durable, comme il a été défini à la Conférence des Nations unies sur l'environnement et le développement, qui s'est tenue à Rio de Janeiro en 1992;

Constatant qu'il est important pour les deux pays d'assurer à leurs citoyens une qualité de vie qui satisfasse à leurs besoins actuels et de la préserver sans compromettre la capacité des générations futures de répondre aux leurs;

Désireux d'intensifier et de promouvoir les échanges d'expérience, de connaissances, de technologies et de méthodologies dans le domaine de l'environnement et du développement durable;

Ont conclu l'entente suivante:

ARTICLE 1

Les Parties procéderont à des consultations bilatérales portant sur la coopération relativement à des questions clés de l'environnement et du

¹ Entré en vigueur le 26 novembre 1996 par la signature, conformément à l'article 6.

développement durable caractérisée par l'égalité et l'avantage mutuel, dans le respect de leurs politiques nationales en matière d'environnement.

ARTICLE 2

Les objectifs du Protocole d'entente sont, entre autres:

- a) la coopération et l'échange d'information portant sur de saines technologies environnementales et leur application dans des domaines d'intérêt mutuel, qui peuvent comprendre la lutte contre la pollution des eaux et le traitement des eaux polluées, la lutte contre la pollution de l'air, ainsi que la réduction et le traitement des déchets solides et dangereux. Les Parties mettront au point un programme d'action et de coopération qui pourra comprendre ce qui suit:
 - i) l'échange d'experts et de spécialistes;
 - ii) l'échange de renseignements et de matériel scientifique, technique et économique;
 - iii) la planification, l'élaboration et la réalisation de projets et de programmes conjoints;
 - iv) d'autres formes de coopération convenues mutuellement;
- b) un échange d'expériences en matière d'instruments de politique et de gestion de l'environnement;
- c) le partage de points de vue et de positions sur les questions d'importance en environnement comme le changement climatique, la déplétion de la couche d'ozone de la stratosphère, la préservation et l'utilisation durable de la diversité biologique, la conservation et la gestion durable des forêts et autres ressources naturelles, la désertification, la protection des océans, la gestion saine des déchets dangereux et des substances toxiques, le développement d'une capacité nationale en science de l'environnement, ainsi que toute autre question que les parties jugent pertinentes;
- d) des consultations sur les efforts d'instances internationales et régionales vouées à l'environnement et au développement durable, notamment la Commission du développement durable des Nations

unies, le Programme des Nations unies pour le développement, l'Organisation des États américains, l'Institut interaméricain de recherches sur les changements à l'échelle du globe et d'autres organisations pertinentes, incluant les sommets de l'hémisphère.

ARTICLE 3

A) Pour réaliser les objectifs de l'article 2(a) de ce Protocole d'entente, le Brésil et le Canada ont l'intention d'établir un Comité conjoint sur l'environnement (ci-après appelé le Comité) qui comptera un nombre égal de représentants du Brésil et du Canada. Le Comité:

- i) supervisera l'élaboration et l'exécution du programme de travail et servira de carrefour pour échanger de l'information, tenir des consultations et faciliter les contacts entre les Parties en cause;
- ii) pourra déterminer quelles institutions et organisations sont indiquées pour la mise en oeuvre des mesures de coopération conjointes;
- iii) fera régulièrement le point sur les réalisations de coopération conformément au présent protocole d'entente et sur des projets et programmes précis de coopération;
- iv) se réunira au moins une fois par année, à tour de rôle au Brésil et au Canada; et
- v) sera coprésidé par le Ministère des Relations Extérieures, au nom du Brésil, et par Environnement Canada et Industrie Canada, au nom du Canada.

B) Pour réaliser les objectifs de l'article 2(b), (c) et (d), le Brésil et le Canada ont l'intention de tenir des consultations annuelles au Brésil et au Canada à tour de rôle, auxquelles participeront des hauts fonctionnaires des ministères des Affaires étrangères et de l'Environnement de chaque pays et d'autres organismes gouvernementaux pertinents. Les consultations annuelles fourniront l'occasion de:

- i) discuter des préoccupations prioritaires communes liées au domaine de l'environnement et du développement durable;
- ii) discuter de leurs positions respectives concernant les questions de développement durable et d'environnement débattues au sein d'organisations multilatérales et régionales comme la Commission du

développement durable des Nations unies, le Programme des Nations unies pour l'environnement et l'Organisation des États américains; et

- iii) faire le bilan de la coopération bilatérale dans le cadre du Comité conjoint sur l'environnement mentionné à l'article 3 (A).

ARTICLE 4

Les activités de coopération du programme de travail seront financées par les Parties. Des arrangements concernant le partage des coûts de ces activités seront négociés au moment de l'élaboration du programme de travail. A moins d'entente contraire entre les Parties, les dépenses de voyage à l'étranger, y compris les dépenses dans le pays (voyage et logement) seront assumées par la partie d'où proviennent les visiteurs.

ARTICLE 5

Dans les activités de coopération proposées où sont susceptibles d'intervenir des droits de propriété intellectuelle, les Parties s'entendront à l'avance, conformément à leurs lois nationales, sur la protection qu'il y a lieu d'accorder à ces droits et sur leur attribution.

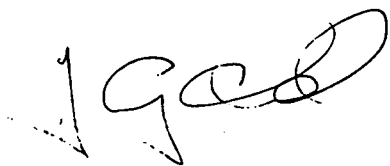
ARTICLE 6

A) Le présent Protocole d'entente prendra effet à la date de sa signature et continuera d'avoir effet pendant une période de cinq ans. Il sera automatiquement renouvelé pour des périodes de même durée, à moins qu'une des Parties donne un avis écrit de son intention de ne pas le renouveler, six mois avant la date où elle prévoit de le faire.

B) Le présent Protocole d'entente pourra être modifié par un échange de notes diplomatiques, lorsque les deux Parties en conviennent. Les modifications prennent effet à la date à laquelle la note de réponse aura été reçue.

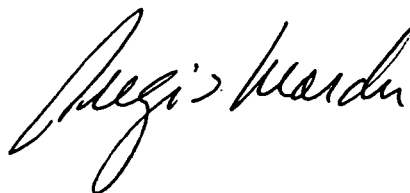
Fait à Brasília, le 26 novembre de 1996, en double exemplaire, dans les langues portugaise, anglaise et française, chaque version faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative du Brésil :



JOÃO AUGUSTO DE MÉDICIS

Pour le Gouvernement
du Canada :



SERGIO MARCHI